



## RECOMENDAÇÕES À CANDIDATURA DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL- PARTIDO POPULAR AO PARLAMENTO EUROPEU EM 2019

A **FEC – Fundação Fé e Cooperação** é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, criada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal, num estreito diálogo e colaboração com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa. A nossa missão é **promover o Desenvolvimento Humano Integral com a visão de construir uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça.**

Ancorada em valores e princípios sólidos, trabalhando em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global, a FEC aposta em projetos sustentáveis, com impacto e resultados transformadores junto das populações com quem trabalha, com especial enfoque em três eixos de atuação: i) Educação, Conhecimento e Competências; ii) Boa Governança e Advocacia; iii) Cidadania Global e Direitos Humanos.

Em conjunto com a Associação Casa Velha, a FEC está a liderar a iniciativa **“EUROPA+JUSTA”**, com o objetivo de promover o **consumo e produção mais justos e sustentáveis** junto dos consumidores, comunicação social, investigadores e decisores políticos na União Europeia (UE), em especial junto dos candidatos ao Parlamento Europeu em 2019.

Neste contexto, o jornal fictício **“The Fair Times”**, que acompanha este documento, perspetiva um futuro no qual o mandato do Parlamento Europeu de 2019 a 2024 resulta em **políticas de ampliação do consumo e produção responsáveis**, nos seus diversos aspectos. No decorrer da edição, são descritas as políticas adotadas e o papel central dos Eurodeputados neste processo, representando um propósito pelo qual os candidatos podem guiar o seu percurso eleitoral e político.



Com este objetivo, e de maneira a complementar o Manifesto Eleitoral do Centro Democrático Social -Partido Popular, a FEC e a Associação Casa Velha gostariam de recomendar meios para o alcance desta visão, para que a **UE desempenhe um papel de liderança na regulação da produção e consumo responsáveis**, que, por sua vez, são fundamentais no alcance da **Agenda 2030** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das Nações Unidas (ONU).

1

### Consumo e Produção Responsáveis

A UE está comprometida com a defesa da democracia e os direitos humanos nas suas relações externas, orientando-se pelos princípios fundamentais da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e pelo Estado de Direito. Porém, os eleitores europeus estão conscientes, por alguma exposição mediática, do desrespeito pelos direitos humanos a que se assiste na indústria manufatureira em muitos países do mundo, sobretudo na Ásia. Em muitos casos, as fábricas são criadas pela externalização de empresas europeias noutro continente, onde a fiscalização do respeito pelos direitos humanos é precária.

A nova escravidão a que se assiste nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, muitas vezes associada ao trabalho infantil, deve ser combatida, em primeiro lugar, nas importações da UE, ao mesmo tempo em que se promove, através da cooperação internacional e de tratados internacionais, o respeito pelo direitos humanos.

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





Recomendamos que CDS-PP inclua no seu programa um ponto que clame pela **aplicação de um código de boas práticas**, que seja juridicamente vinculativo, referente à proibição de importações em caso de alterar a ordem pública, a moralidade, a proteção da saúde e a vida das pessoas. Em suma, recomendamos ao partido **exigir a fiscalização** em todos os pontos da cadeia de valor dos produtos e sancionar as empresas europeias envolvidas nestes incumprimentos, além de favorecer o **desenvolvimento do comércio justo**, não só como uma atividade caritativa, mas como um projeto real.

Em relação ao respeito pelos direitos humanos na agricultura, Portugal e a UE têm de responder com seriedade às explorações laborais a imigrantes que trabalham em culturas intensivas, beneficiadas pela PAC. Para uma maior coerência com os princípios da UE de respeito pelos direitos humanos, apelamos a uma **maior coerência de políticas** neste sentido, tanto na política de cooperação como no próprio espaço da UE.

Relativamente às **políticas de pescas**, a Comissão Europeia está consciente dos problemas associados à pesca não sustentável. O Oceano Atlântico está sob a ameaça de reduzir quase metade das suas espécies marinhas, sendo que destas, atualmente, regista-se 40% de sobrepesca. É preciso sair das pautas marcadas pelos mercados quando estão em perigo os recursos naturais. Por isso, vemos a necessidade de aplicar um **plano sério de sustentabilidade na pesca** a nível europeu, reduzindo temporariamente o número de capturas com a finalidade de alcançar o ponto de equilíbrio reprodutivo para a fauna marinha, o que resulta num efeito multiplicador das vantagens para a economia portuguesa a longo prazo. Isto requer, por outro lado, que a Política Comum de Pescas (PCP) confronte as adversidades temporárias dos pescadores, tal como a PAC o tem feito com os agricultores em forma de ajudas ainda por matizar.

Segundo um estudo científico da organização internacional OCEANA, há uma responsabilidade europeia e neste caso, portuguesa, pela proteção do espaço marinho, que deveria refletir-se em **medidas de precaução e ação preventiva**, tendo em conta dados científicos disponíveis. A OCEANA tenta mostrar os efeitos positivos da aplicação de um plano de sustentabilidade que respeite o número de capturas atribuído pelas quotas oficiais, onde se incluam os descartes e capturas acidentais, e que se baseie numa taxa recomendável de capturas para a reposição do *stock* marinho. Por fim, será necessário **aplicar sistemas eficientes de controlo na pesca**, de maneira a monitorizar o cumprimento destas condições.

A nível quantitativo, uma pesca sustentável, resulta em peixe abundante, com um crescimento do volume de desembarques na ordem dos 73%, aumentando entre 90 a 150 mil toneladas cada ano. Assim, vemos um efeito multiplicador ao crescer os salários e os empregos, resultando num benefício social para todos os envolvidos.

## 2 Ação Climática e Política Energética

Em termos energéticos há, no manifesto do CDS-PP, uma preocupação sobretudo geopolítica acerca da emancipação das “petroditaduras”. No âmbito energético, o manifesto do CDS-PP carece de uma apreciação sobre a **promoção de energias verdes**. É verdade que há um interesse numa **transição energética**, mas não deixa de ser contraditório concordar com uma liberalização inespecífica do mercado da energia: se todas as energias concorrerem em igualdade de condições, serão prejudicadas as energias mais recentes no mercado, neste caso, as energias verdes.

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





Uma transição energética precisa do apoio do setor público e é, por este motivo, que a criação de um **Banco de Transição Ecológica** a nível europeu pode ser a solução, não só para a severidade crescente das alterações climáticas, como para inúmeros problemas da economia e da coesão social, pondo em prática os princípios da subsidiariedade e da solidariedade, referidos pelo CDS-PP: a economia verde estimulará a criação de empregos, respondendo aos desafios de um mercado de trabalho em permanente mutação, bem como a uma subida de salários no setor privado, devido aos incentivos criados pela qualidade salarial no setor público; responderá, também à desertificação do interior com a criação de centrais de energias renováveis nestas regiões.

A **descarbonização da economia** com metas vinculativas até 2030 e 2050, através de um corte rápido e progressivo das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), constituem uma necessidade real do planeta. No entanto, o CDS-PP não menciona no seu manifesto o Acordo de Paris (2015); nem o último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (2018), dos quais Portugal e a UE são signatários; nem menciona a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

É urgente determinar o **fim das subvenções aos combustíveis fósseis** e às **centrais térmicas** no âmbito europeu, instaurando ações vinculativas entre os Estados-Membros da UE; um forte **investimento em transporte público sustentável**; maior **regulamentação do transporte aéreo e naval**, devido às grandes emissões e tendências de crescimento; a redução do uso do plástico não reutilizável, com uma simultânea abertura de centrais de reciclagem por toda a comunidade europeia, bem como a adaptação de edifícios a um novo modelo energético eficiente. Por fim, a luta contra a obsolescência programada pode ser a pedra angular de um projeto contra o consumo maciço, capaz de reduzir emissões na fabricação de produtos e das suas embalagens.

A **transição ecológica**, como se pode deduzir de algumas destas medidas, poderá não só criar empregos com salários cada vez mais adequados em Portugal e na UE, como consegue harmonizar profundas desigualdades entre estratos sociais e entre Norte e Sul global. É necessário também lembrar que são os países menos desenvolvidos que mais sofrem com os efeitos das alterações climáticas, como se tem vindo tragicamente a verificar nos mais recorrentes fenómenos meteorológicos adversos e crescente número de refugiados climáticos. A ação climática, que não deverá ser um substituto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ADP), é, portanto, uma dívida ecológica, como refere o Papa Francisco, que a UE tem de se apressar a pagar. Confirma-se aqui de forma prática um princípio fundamental da **ecologia integral da encíclica *Laudato Si***, que nos inspira: as políticas da próxima legislatura da UE terão de responder à grande crise socioambiental como um todo, e não tratar políticas ambientais e sociais em separado. É também neste sentido que Portugal e a UE deverão estar na **linha da frente do desenvolvimento humano**, por oposição à ideia de “crescimento” num cenário de escassez, cujas consequências danosas estão à vista de todos.

### 3 PAC e sustentabilidade

O CDS-PP enuncia uma série de objetivos, como a soberania alimentar da UE, promovendo a segurança alimentar, a proteção dos agricultores contra a volatilidade dos preços, ajudas ao investimento para a modernização, promover a diversificação das economias rurais, a criação de empregos nas indústrias alimentares e, por fim, a proteção do ambiente em linha com a sustentabilidade dos recursos naturais. A pergunta é se há uma possibilidade real de cumprir estes pontos com a PAC atual ou mesmo com a PAC que deverá mudar a partir de 2020.

A solução mais abrangente, que não figura no programa do partido, é a **promoção do consumo de produtos de Km 0**. A pegada ecológica que deixa o comércio de alimentos, quer no comércio exterior quer no interior,

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.





em linha com o Modelo de Vantagens Comparativas, afrontar-se-ia com um processo de integração do consumo local progressivo começando com o fornecimento de produtos a instituições públicas, até poder criar preços competitivos para os lares. Uma medida tão efetiva melhoraria as condições de vida da agricultura familiar, catalisando através do segundo pilar da PAC com resultados concretos, proporcionando-lhe a independência que hoje não tem, devido à incapacidade de negociação em relação a outros agentes na cadeia de valor. A **diversificação de cultivos**, promovida timidamente pela PAC através da variedade de cultivos, é a única solução ao esgotamento de recursos como a água e a fauna rural. Não podemos esquecer que o rural não é apenas um espaço de trabalho. O nível de satisfação da sua população é primordial, portanto precisamos de um projeto de integração no transporte em todo o país, como o comboio como exemplo.

O sul da Europa é o maior exportador de alimentos de cultivo da UE. Paradoxalmente, também é o foco dos problemas de abastecimento de água. Em resposta ao problema das secas, subtilmente, o CDS-PP clama pela eficiência da irrigação, embora seja necessário um **plano de restauração hidrológico-florestal**, com a recuperação de uma massa florestal adequada a cada ecossistema. O CDS-PP deverá atentar nos problemas associados às monoculturas intensivas, à plantação mais ou menos intensiva de espécies invasoras, no desordenamento territorial e na falta de uma estratégia agroflorestal que ponha as pessoas em primeiro lugar. Em grande parte, os incêndios florestais que, ano após ano, diminuem a fauna e flora do país, bem como o esgotamento dos solos devem-se principalmente a esta realidade. Como solução parcial dos incêndios, propomos um melhor **reagrupamento organizativo** dos proprietários, incentivada através do Estado com as Zonas de Intervenção Florestal, mas abandonando ajudas de curto prazo, aliás uma promoção das florestas como bem de interesse público, criaria uma visão mais otimista no futuro.

Detetamos uma visão mais curativa que preventiva perante este problema, pois é apenas referida uma análise dos danos e uma compensação pelas perdas. Junto das instituições europeias, apelamos a que o CDS-PP promova investimentos que tenham em vista um projeto económico de longo prazo. Precisamos de uma floresta diversificada e autóctone, que só assim será verdadeiramente rentável. Neste sentido, existe também um grande potencial na proteção do conjunto de Rede Natura de parques naturais associada a atividades agrícolas sustentáveis, como a pecuária e agricultura extensiva.

**Acreditamos que o CDS pode ser um aliado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, em especial no que toca o consumo e produção responsáveis, a ação climática, a política energética sustentável e justa, a segurança alimentar e a política agrícola coerente com o desenvolvimento global. Por isso, empenhamo-nos em reforçar a agenda do Partido para **estabelecer as políticas necessárias que desempenham um papel central na coesão social e territorial portuguesa e europeia, contribuindo para a Agenda 2030 de Transformar o Mundo, sem deixar ninguém para trás.**

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto “Europa + Justa”, do programa Trade Fair Live Fair, promovido pela Fairtrade International, cofinanciado pela Comissão Europeia, em sinergia com o projeto “Juntos pela Mudança II”, em parceria com a CIDSE e cofinanciado pelo Camões, I.P.

